

Recebido em: 12/3/2015

Avaliado em: 17/5/2015

Aprovado em: 12/6/2015

Violência contra as Mulheres e suas vozes no Mercosul

Fagner Barbosa Pimentel¹ e Maria Alejandra Montilla Muñoz²

RESUMO: O texto trata da forma como as mulheres do Cone Sul se inserem no Mercosul, desde onde projetam suas vozes que reivindicam a luta contra a sociedade patriarcal instaurada em 1492. Sociedade que além de patriarcal também é capitalista, moderna e colonial. Antecede à inserção das mulheres no Mercosul Conferências de cunho internacional e nacional que vão mostrando o caminho para o surgimento de entidades como a Reunião Especializada da Mulher, REM, do Mercosul que, em 2012, torna-se Reunião de Ministras e Altas Autoridades de Mulheres do Mercosul (RMAAM). Lugares de enunciação desde onde as mulheres colocaram as pautas que possibilitaram aos países membros do Mercosul a criação de leis e decretos para minimizar a violência de gênero.

Palavras-chave: Mercosul; violência de gênero; REM; RMAAM.

Abstract: The text is about the form like the women of the South Cone are insert into the Merco-South , where they project their voice that claim the struggle against the patriarchal society in 1492. The society that besides of patriarchal also is capitalist, modern and colonial. It precedes the women insertion in the Merco-South

¹ Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, ICAL, na Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA. Bolsista do Programa de Demanda Social-Unila.

² Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, ICAL, na Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA. Bolsista do Programa de Demanda Social-Unila.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Conference international and national that showing the way for the entities emergence like the specialized meeting of the woman, REM from Merco-South that in 2012, becomes the Ministers meeting and high women authorities of the Merco-South (RMAAM). The enunciation places where the women put the guidelines that allowed the members of Merco-South countries the creation of laws and decrees to minimize the violence gender.

Key-words: Mercosul; The violence gender; REM and RMAAM.

Introdução

O nosso objetivo é mostrar a forma como os movimentos de mulheres na América do Sul se inseriram no Mercosul para, desde esse lugar, pressionar por melhorias de cunho político, econômico e, principalmente, de ordem cultural, pois um dos escopos tem sido a luta contra a sociedade patriarcal e o consequente machismo, detectado como o principal promotor da violência contra as mulheres na América Latina. Destacamos a participação dos povos indígenas nas Cúpulas do Mercosul, e a forma como encaram o patriarcalismo, não como visualizado pelo feminismo branco, de corte ocidental, mas como sendo um problema da comunidade e não só de mulheres em relação com os homens. O neoliberalismo se instaura no continente nos anos de 1970, especialmente no Chile, mas o auge acontece na década de 1990; toma posse dos recursos naturais e destitui os Estados nacionais do seu papel social na região; as consequências são desastrosas³. O Mercosul (Mercado Comum do Sul), pensado na

³ Sobre as consequências das políticas neoliberais para América Latina, ver: CERVO, Amado Luiz. "Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina". In: RBPI (Revista Brasileira de Política Internacional), Ano 43, número 2,

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

década de 1980, torna-se uma realidade em meados de 1990. Como seu escopo principal foi a integração econômica dos países membros (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), essa estrutura não dava cabida a movimentos sociais à procura de um canal que possibilitasse suas reivindicações. Este esquema se rompe progressivamente conforme vozes dissonantes aparecem no cenário do bloco.

As mulheres latino-americanas são vítimas de uma sociedade patriarcal fundada em 1492, que por sua vez é moderna (DUSSEL, 1994), capitalista/colonial (QUIJANO 2000) e patriarcal (GROSGOUEL, 2010⁴). Um sistema que inventou o conceito de raça para discriminar comunidades negras e indígenas, usado como dispositivo de exploração; colonialidade do poder⁵ que exerce

julho-dezembro de 2000, pp. 5-27. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. "As políticas neoliberais e a crise na América do Sul". In: RBPI, Ano 45, número 2, julho-dezembro de 2002, pp. 135-146. MOREIRA, Luiz Felipe Viel, QUINTEROS, Marcela Cristina, et al. As relações internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010, Parte III O antecipado século XXI latino-americano (1989-2009), pp. 289-379.

⁴ Ramón Grosfoguel além de considerar, com outros autores, que a sociedade latino-americana é capitalista/colonial/moderna, acrescenta a categoria patriarcal. GROSGOUEL, Ramón. La descolonización de la economía política. Bogotá: Universidad Libre, 2010.

⁵ Entendemos com Aníbal Quijano a Colonialidade "como uno de los elementos constitutivos y específicos del padrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como una piedra angular del referido patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas de la existencia cotidiana y la escala social. Se origina y se mundializa a partir de América. Con la construcción de América en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se vuelve mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas en el Atlántico – que después se identificarán como Europa-, y como ejes centrales de su nuevo sistema de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. Con América Latina, concluye Quijano, el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico sistema de poder". QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel (editores), El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global (Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central/ Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar, 2007) 93-94.

controle e violência cotidiana contra as mulheres que foram colonizadas em seus corpos e mentes e, desta forma, exploradas e rebaixadas a uma condição de inferioridade em relação aos homens. Por tanto, não faz sentido falar apenas de colonialidade do poder sem entrelaçar a colonialidade de gênero como sendo constitutiva da primeira, como mostrado por LUGONES (2008)⁶. Corpos de mulheres como sendo os primeiros territórios a serem colonizados (SEGATO, 2011). Violências exercidas não só no âmbito familiar e de trabalho, porém auspiciadas por organismos de Estado, em aliança com grupos de poder econômico, que se mostram coniventes contra toda essa violência que, como afirma Rita Segato, para o caso de mulheres assassinadas em Ciudad Juárez,

o que é escrito no corpo das mulheres brutalmente assassinadas é a assinatura de um poder local e regional que também conta com tentáculos nacionais. Esses atos de violência aparentemente irracional enunciam, para além de qualquer dúvida, o poder discricionário de seus perpetradores e o controle que eles detêm sobre pessoas e recursos de seu território, selando e reforçando com isso um pacto de fraternidade (SEGATO, 2005).

⁶ María Lugones, a partir de la colonialidad del poder, de Aníbal Quijano, propone no disociar raza de género, piensa entonces que hay que "Caracterizar este sistema de género colonial/moderno, tanto en trazos generales, como en su concreitud detallada y vivida, nos permitirá ver la imposición colonial, lo profundo de esa imposición. Nos permitirá ver la extensión y profundidad histórica de su alcance destructivo". María Lugones. (2008). "Colonialidad y género". En: Tabula Rasa, Núm. 9, julio-diciembre, 2008, pp. 73-101. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Perante esta situação, as mulheres querem colocar em prática mecanismos que, desde o Mercosul, lhes ajudem a mitigar seus problemas, criando organismos que facilitem que suas vozes sejam ouvidas para que diferentes governos dos países que compõem o Mercosul tomem medidas para combater a violência patriarcal; outras preocupações também são colocadas em pauta, como, por exemplo, o tráfico de mulheres, a exploração sexual, a descriminalização do aborto e da igualdade de gênero em ambientes rurais e urbanos.

Anotamos primeiro o papel do neoliberalismo e da inauguração do Mercosul justo na década de 1990, conhecida como a década perdida, para mostrar que a pressão dos movimentos sociais no bloco econômico é o resultado de demandas fruto da pobreza, da expropriação e da opressão do capitalismo que se aproveita do racismo e das hierarquias de poder para melhor controlar, uma vez que discrimina os homens não-brancos, mas principalmente mulheres negras, indígenas, pobres e muitas delas lésbicas. Toda uma problemática que o movimento das mulheres tenta colocar na ordem do dia por meio de conferências, reuniões e cúpulas. Assim, nossas fontes consultadas são de caráter primário e secundário, as primeiras relacionadas aos organismos e eventos aqui referenciados: II Seminário Internacional sobre Mulheres e Mercosul, o que leva à criação, em 1998, da Reunião Especializada da Mulher REM do Mercosul que, em 2012, torna-se Reunião de Ministras e Altas Autoridades de Mulheres do Mercosul (RMAAM). Assim como documentos emitidos por Somos Mercosur e as Cumbres del Mercosur.

O Mercosul e os anos noventa, a década perdida

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

O Mercosul surgiu frente à necessidade de superar os problemas herdados pela região do Cone Sul, após a conclusão dos regimes militares⁷. Superar as dívidas externas, contraídas durante esses governos, mas assegurar também um papel econômico da região no cenário internacional. O Mercosul obedecia aos lineamentos da CEPAL; tratava-se de, como disse SOUZA (2012), dar continuidade às diferentes ondas de integração surgidas na América Latina na segunda metade do século XX. Na década de 1980, a crise global do capitalismo também apontou para a América Latina que na década anterior havia tido um progresso, aproveitando que, "os Estados Unidos foi perdendo sua posição de poder inquestionável e, ao mesmo tempo também a União Soviética" (BOERSNER, 1996, p. 227). Essa situação muda entre 1978 e 1979, quando a tensão global do mundo capitalista dá uma guinada para a extrema direita, pois se pensava que a União Soviética, aproveitando a ascensão do Terceiro

⁷ Sobre o processo de implantação do Mercosul na década de 1990, pode se consultar os seguintes textos: BARBOSA, Rubens Antonio. Mercosul: balanço do primeiro ano. In: RBPI, Ano XXXV, número 137-138, janeiro-junho de 1992, pp. 89-92. ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. Relações Externas do MERCOSUL: uma abordagem brasileira. In: RBPI, Ano 38, número 2, julho-dezembro de 1995, pp. 31-58. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Aspectos econômicos do MERCOSUL. In: RBPI, Ano 39, número 1, janeiro-junho de 1996, pp. 19-47. VIGEVANI, Tullo & VEIGA, João Paulo. MERCOSUL: interesses e mobilização sindical. In: RBPI, Ano 39, número 1, janeiro-junho de 1996, pp. 48-71. PORTELLA DE CASTRO, Maria Silvia. A estratégia da ação sindical no Mercosul. In: RBPI, Ano 39, número 2, julho-dezembro de 1996, pp. 51-73. GIAMBIAGI, Fábio. Moeda única do Mercosul: notas para o debate. In: RBPI, Ano 41, número 1, janeiro-junho de 1998, pp. 24-38. BERNAL MEZA, Raúl. As relações entre Argentina, Brasil, Chile e estados Unidos: política externa e Mercosul. In: RBPI, Ano 41, número 1, janeiro-junho de 1998, pp. 89-107. BERNAL MEZA, Raul. Políticas externas comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. In: RBPI, ano 42, número 2, julho-dezembro de 1999, pp. 40-51. VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. In: RBPI, Ano 42, número 2, julho-dezembro de 1999, pp. 52-80. OLIVEIRA, Amâncio Jorge de & ONUKI, Janaina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. In: RBPI, Ano 43, número 2, julho-dezembro de 2000, pp. 108-129.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Mundo, incluindo a América Latina, teria um "cerco" em torno dos países capitalistas industrializados (BOERSNER, 1996, p. 245). Os líderes desses países, em seguida, pensaram em formular e executar medidas radicais para combater a crise e subjugar novamente os países do Terceiro Mundo, incluindo a América Latina. "Para aplicar a nova linha dura contra o Oriente e o Sul, o Ocidente industrializado necessitava de líderes políticos duramente conservadores e os encontrou nas pessoas de Margaret Thatcher (...) e Ronald Reagan, eleito presidente dos Estados Unidos no final de 1980" (BOERSNER, 1986, p. 256). Depois de enfrentar a crise da dívida externa latino-americana na década de 1980, países como Venezuela, Colômbia, México, Argentina, Bolívia, Peru e Brasil concordam em colocar em prática medidas de ajustamento para uma provável recuperação. Surgem dez propostas para as reformas econômicas em que havia um amplo consenso em Washington, incluindo a disciplina fiscal, que impulsionou mudanças de prioridades nos gastos do governo, reforma tributária, taxas de juros positivas, taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado impostas, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiro, privatização de empresas estatais, desregulamentação das atividades econômicas e da segurança dos direitos de propriedade. A implementação destas medidas é dada durante a década de 1990 (CERVO, 2000). Década em que é ratificado o Mercosul.

A 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, que prevê a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre esses países foi assinado, acordo realizado também para estabelecer uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum, por sua vez a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados parte e a harmonização das legislações, a fim de reforçar

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

o processo de integração, em conclusão este acordo se firma com o objetivo de ampliar, através da integração, as dimensões dos mercados nacionais respectivos a fim de acelerar o desenvolvimento econômico (SANTIAGO, 2012).

O Mercosul atravessa a década de 1990 entre altas e baixas e enfrenta duras crises ao final dos anos consequentes, pois ao mesmo tempo Argentina estava abalada mais diretamente pelas políticas neoliberais colocadas em andamento pelo presidente Menem. As consequências dessas medidas são graves para a economia, porém ainda mais para a sociedade civil (CERVO, 2000, Moniz Bandeira, 2002; VIEL MOREIRA; QUINTEROS; REIS DA SILVA, 2010). A sociedade não foi incluída diretamente nos projetos do Mercosul. As políticas neoliberais, como mostrado por estes autores, foram múltiplas, permitindo que os movimentos sociais tomassem força em plena década neoliberal, a de 1990.

Todos os demais países na América do Sul igualmente se defrontam, em maior ou menor grau, com uma crise similar. (...) o Uruguai praticamente não se desenvolvera. (...) No Paraguai, (...) (o) aguçamento da exclusão social, a extrema pobreza, alcançando pelo menos um terço dos camponeses, o aumento do desemprego, saltando de 6%, em 1995, para 15%, em 1999, e a deterioração das condições de vida das classes médias tornavam cada vez mais possível uma convulsão social. A situação econômico-social do Chile, apresentado como exemplo do neoliberalismo, que o ditador Augusto Pinochet

(1973-1989) implantou, em meio de brutal e sangrenta repressão, não era muito diferente da que se configuravam nos demais países da região. (...) 9% de sua força de trabalho estava desempregada (dezembro de 2000), quase um milhão de pessoas viviam abaixo do nível de pobreza e cerca de 700.000 famílias estavam endividadas, como quase toda a classe média (MONIZ BANDEIRA, 2002).

Desde finais dessa época, as mulheres começaram a pressionar para serem escutadas, o que irá ocorrer com mais força no novo milênio. Isso é compreensível se entendermos a situação social deplorável a que foi submetida a sociedade civil devido às políticas neoliberais de expropriação, de pilhagem dos recursos naturais, destruição do meio ambiente, perda de áreas de terras dos setores camponeses, indígenas e negros; desemprego, falta de educação e de saúde pública, entre outros problemas que com certeza tiveram graves consequências para as mulheres das classes sociais mais vulneráveis. Na medida em que os homens ficaram desempregados, perderam poder econômico, mas também simbólico; com dinheiro exercem mais facilmente o controle sobre a sociedade, especialmente face às mulheres. Essa falta de domínio se traduz em violência de gênero, pois o chefe de família, o homem da casa, na medida em que perde domínio, o ganha cada vez que, por meio da violência, a mulher lhe devolve o tributo⁸; o que impacta gravemente às mulheres na região latino-americana.

⁸ "En otras palabras, para que un sujeto adquiriera su estatus masculino, como un título, como un grado, es necesario que otro sujeto no lo tenga pero que se lo otorgue a lo largo de un proceso persuasivo o impositivo que puede ser

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Essa crise, que ao fim dos anos 90 avassalava todos os países da América do Sul, não começou, decerto, com a execução do programa neoliberal do Consenso de Washington. Ela pré-existia. Mas as condições econômicas, sociais e políticas, que nos anos 60 e 70 haviam gerado os movimentos de insurgência, agravaram-se, ao fim de uma década de políticas econômicas neoliberais, executadas por governos democraticamente eleitos (MONIZ BANDEIRA, 2002).

Vejamos a continuação como se deu a entrada das mulheres no Mercosul, para verificar quais foram os objetivos e alcances.

Igualdade de gênero e a Reunião Especializada da Mulher no Mercosul (REM)

Inspirado na experiência da Comunidade Econômica Europeia, o Mercosul buscou criar um mercado comum com orientação marcada para a união econômica e a cooperação política.

Inicialmente, la conformación del bloque avanzaría por dos vías paralelas: la comercial (liberalización del comercio de bienes y servicios y de los movimientos de capital y adopción de un Arancel

eficientemente descrito como tributación.¹¹ En condiciones sociopolíticamente "normales" del orden de estatus, nosotras, las mujeres, somos las dadoras del tributo; ellos, los receptores y beneficiarios. Y la estructura que los relaciona establece un orden simbólico marcado por la desigualdad que se encuentra presente y organiza todas las otras escenas de la vida social regidas por la asimetría de una ley de estatus" (SEGATO, 2013, p. 23).

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Externo Común como base para la creación de la Unión Aduanera imperfecta- que existe en el presente) y la de armonización de las políticas macroeconómicas y sectoriales. En este último caso, a diferencia de lo acontecido en el plano de las regulaciones comerciales, no se previeron automaticidades, sino la concreción de acuerdos, negociaciones y compromisos a nivel de los gobiernos (AZAR; CELIBERTI; ESPINO, 2005, p. 3).

Porém, atualmente o Mercosul não tem como único propósito a integração de mercados dos empresários e economias nacionais dos países membros. Também de pessoas, de gente que ganha força na organização coletiva e social. Sob pressão dos movimentos sociais, o bloco tem aceitado dialogar com a sociedade civil para discutir projetos de integração social e cultural, obras com as quais se pretende também beneficiar grupos étnicos e outras classes sociais, trazendo dimensões culturais, políticas e ideológicas, para pensar no bloco de maneira mais complexa e horizontal, considerando outras formas de relações que não apenas no âmbito econômico. Esse redirecionamento político do bloco traz novas perspectivas para uma mudança social, o que é essencial para a integração efetiva - é claro, desde o ponto de vista do Estado-nacional. "O Mercosul tem sido, assim, um palco de debates sobre uma variedade de temas, extrapolando a esfera meramente econômica" (BARBIERO, 2003, p 11).

(...) Com a eleição de governos progressistas na região e o consequente redirecionamento político

do bloco a partir do contexto de redemocratização dos Estados partes do bloco, houve uma abertura para se debater outras formas de integração, que não fosse somente a econômica. Esse redirecionamento foi devido, em parte, à pressão política da sociedade civil por espaços de participação na construção do Mercosul trazendo dimensões sociais, políticas, culturais, não pensadas antes (MONTEIRO, 2014).

Para o caso das mulheres, o avanço na inserção no Mercosul, cenário desde onde a suas vozes promovem seus direitos, tem se levado a cabo desde a perspectiva da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995. A Plataforma de Ação desta Conferência é clara quando afirma que foi de importância sua realização pelo número de participantes que reuniu, pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou, e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher. Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, entre as quais cabe destacar a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza; a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a violência contra a mulher. A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.

A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. A essas inovações conceituais veio juntar-se a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados. O Brasil teve participação ativa na Conferência de Pequim e em seu seguimento (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995).

Seguindo as recomendações da IV Conferência, de Pequim, 1995, realizou-se o Primeiro Seminário de Treinamento y Análise das Mulheres no Mercosul, em São Paulo. Nesse seminário aprovou-se uma carta dirigida aos presidentes dos países do Mercosul que expressa:

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

del trabajo realizado en este importante evento, organizado por FLACSO y que contó con el patrocinio del Parlamento Latinoamericano, Fundación Memorial de América Latina, UNIFEM, The British Council, Fundación Fullbright, BID, Unido y OIT, surge la preocupación del impacto que el proceso de integración puede tener sobre el mercado de trabajo femenino. No obstante, también consideramos que el MERCOSUR puede constituirse en un nuevo escenario para construir relaciones más equitativas entre hombres y mujeres, contribuyendo así a la reafirmación de la justicia y la democracia en nuestra región. En consecuencia solicitamos que las políticas de igualdad de oportunidades sean incorporadas como uno de los temas centrales en la agenda MERCOSUR (La agenda de género en el MERCOSUR, Lilian Celiberti, 2005, p 14).

Em 1997 fundou-se a Comissão de Mulheres da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, CCSCS-Mercosul. Esta planteou um conjunto de reivindicações dirigidas ao próprio movimento sindical, assim como ao âmbito oficial: promover a participação ativa das mulheres trabalhadoras no Mercosul; informar a todos os sindicatos, aos Departamentos y secretarias de Mulheres; debater y dar a conhecer no âmbito nacional e regional a Carta Social; gerar políticas ativas de ação positiva para as mulheres da região; adotar as medidas necessárias para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher; ratificação dos convênios 100, 111 y 156 de OIT (Organização Internacional do Trabalho). Em dezembro de esse ano,

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

representantes das oficinas da mulher dos Estados Parte do Mercosul e Chile com apoio de UNIFEM⁹ elaboraram uma proposta para obter um espaço formal de representação dos interesses de gênero no processo de integração. As ações empreendidas em conjunto desde os âmbitos oficiais que se ocupam da situação das mulheres em cada um dos países e desde a sociedade civil a través das Organizações não Governamentais e o movimento sindical, tem dado seus frutos, afirmam (AZAR; CELIBERTI; ESPINO, 2005).

En julio de 1998 el Grupo Mercado Común resolvió la creación de la Reunión Especializada de la Mujer (REM) con el objetivo de contribuir al desarrollo social, económico y cultural de las comunidades de los países miembros. Probablemente, una de las conquistas más importantes desde el punto de vista social y de la equidad de género en el proceso de integración regional del Mercosur se encuentra en la Declaración Sociolaboral. Surgida de una propuesta del Subgrupo N° 10 y N° 11 e inspirada en el Capítulo de la Comunidad Económica Europea sobre Derechos Sociales Fundamentales de los Trabajadores, la Declaración expresa un sistema de reglas laborales y sociales que garantizan iguales derechos y condiciones de trabajo para quienes circulen libremente en los cuatro países. Fue aprobada por el Consejo del Mercado Común al tiempo que se creó la Comisión

⁹ United Development Fund for Women - Fondo de Desarrollo para las Mujeres de Naciones Unidas.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Sociolaboral del Mercosur (1998) (AZAR;
CELIBERTI; ESPINO, 2005).

A Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL REM foi criada através da Resolução 20/98, e se constitui o mais importante fórum de discussão do MERCOSUL em matéria de gênero, tanto assim que tem servido como ponto de encontro e diálogo entre os mecanismos da mulher e as organizações de mulheres e feministas da região. Também atuou como uma plataforma para promover os direitos das mulheres a partir de campanhas massivas e experiências de trabalho consensual¹⁰. Ocorreu sob a liderança do UNIFEM e FLACSO e de várias organizações feministas e membros da sociedade civil e sindicalista, como apontado por diferentes autores¹¹. Primeiro espaço institucional formado em uma área de integração sul-americana destinado a resolver problemas relacionados com direitos e políticas destinadas a mulheres.

A Reunião Especializada da Mulher (REM ou Meeting) foi proposto para analisar a situação das mulheres na região e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos países do bloco, tendo como base a igualdade entre homens e mulheres. No que corresponde a REM, o governo e a sociedade civil debatem questões tais como o combate à violência contra as mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e as desigualdades no mundo do trabalho. Em países como o Brasil a violência contra as mulheres ganhou

¹⁰ DOCUMENTO SOBRE LA EJECUCIÓN DEL PROYECTO: "Fortalecimiento de la institucionalidad y la perspectiva de género en el MERCOSUR" (con financiamiento de la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo - AECID).

¹¹ CELIBERTI, Lilian. Informe de Actividades, 2007; ORSINO, Susana. Historia de la REM, 2010. ESPINO, Alma. Los procesos de institucionalización de los diferentes mecanismos regionales para la equidad de género: Reunión Especializada de la Mujer del MERCOSUR – REM., 1998.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

proporções internacionais; o ocorrido em torno dos fatos envolvendo Maria da Penha ganhou destaque mundial quando o governo brasileiro se recusou a proteger a mulheres vítimas de violência por parte da sociedade patriarcal, incluindo a quem daria o nome da lei. Assim, o Brasil teve de implementar a Lei Maria da Penha para proteger essas vítimas. Sabemos que milhares de mulheres são violadas diariamente, humilhadas e mortas por sua condição de gênero. Problema que forçou a sociedade e o Estado a introduzir a categoria FEMINICIDIO. Corpos de mulheres que desde a época colonial foram os primeiros "territórios" a serem colonizados, violados, submetidos.

(...) el feminicidio tiene un gran significado político. Es una forma de castigo capital que afecta a las mujeres que son sus víctimas, a sus familias y amigas y amigos. En realidad sirve como medio para controlar a las mujeres en tanto que clase sexual, y como tal las mujeres son centrales para mantener el status quo patriarcal (RUSSEL &RADFORD, 2006).

Portanto, podemos verificar que uma das primeiras preocupações inseridas no Mercosul foi a desigualdade de gênero no âmbito do trabalho, porque, como sabemos, as mulheres na América Latina têm sido submetidos a diferentes hierarquias que as rebaixaram diante dos homens, por sua condição de gênero, por sua sexualidade, por raça/etnia e uma série de discriminações sociais. Situação apontada pelos estudiosos da história das mulheres, especialistas em gênero, feministas relacionadas aos conceitos da colonialidade do poder e colonialidade de gênero. Podemos verificar a preocupação das

mulheres sindicalistas por fazer parte de organismos que, desde o Mercosul, lhes ajudem a ventilar os problemas trabalhistas que vivem como mulheres trabalhadoras, fazendo parte de uma sociedade patriarcal onde o trabalho do homem é mais valorizado que o das mulheres, pois "como se pode ver, em nenhum caso, as mulheres ganham o mesmo que os homens ao realizar os mesmos trabalhos e igual quantidade de horas. Não existem tendências claras de diferenciação com relação aos níveis de escolaridade" (CELIBERTI & MESA, 2010, p. 25).

Dessa forma, e frente às reivindicações das mulheres no Mercosul, várias medidas tem sido propostas e acionadas para tentar minimizar a violência de gênero. Nos países da região protocola-se a inclusão da temática na agenda pública e a implementação de programas de atenção às vítimas, bem como mudanças na legislação¹². Em todos os países do Mercosul tem-se aprovado leis específicas para punir e prevenir a violência de gênero. A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) tem em seu entorno o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Belém do Pará, 1994¹³. Em julho de

¹² "En conformidad con el espíritu de la Constitución de 88, el Código Civil garantiza que no existe más en la ley la figura del jefe del hogar y que marido y mujer comparten la Patria Potestad y deben responsabilizarse conjuntamente por todas las obligaciones relativas al cuidado de los hijos, inclusive las tareas domésticas; da a la unión estable garantías iguales a las que goza el matrimonio civil y abole la diferencia entre hijos legítimos e ilegítimos" (SEGATO, 2003, p. 5).

¹³ "En 1995, Brasil también acató la Convención Interamericana para Prevenir, Punir y Erradicar la Violencia contra la Mujer, conocida como "Convención de Belém de Pará", aprobada por la Asamblea general de la Organización de los Estados Americanos en 1994. (...) Esta Convención, en su artículo 1o , define la violencia contra la mujer como "cualquier acto o conducta basada en el género, que cause muerte, daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico a la mujer, tanto en le esfera pública como en la esfera privada". En el ámbito doméstico comprende, entre otros, estupro, violación, malos tratos y abuso sexual; en el ámbito de la comunidad, entre otros, violación, abuso sexual, tortura, malos tratos, tráfico de mujeres, prostitución forzada, secuestro y asedio sexual en el lugar de trabajo, así como en instituciones educacionales, establecimientos de salud o cualquier otro lugar." (SEGATO, 2003, p. 5).

2008 realizou a 2ª Conferência dos Estados Parte em Caracas, Venezuela. Neste contexto, é apresentado o primeiro Relatório hemisférico sobre o cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção.

Segundo CELIBERTI & MESA, (2010, p. 63), o Relatório é o resultado da avaliação dos Estados entre julho de 2005 e julho de 2007. De acordo com as respostas dadas pelos Estados de América Latina e Caribe, o Comité de Expertas faz observações sobre vários aspectos, entre os quais se destaca: 1. Os Estados limitaram suas respostas sobre a violência contra as mulheres a alguns aspectos da violência no seio da família, a unidade doméstica ou a relação interpessoal e recomendam "insistir no futuro para que os governos tenham presente e ratifiquem legislação que compreenda a ampla noção de violência contra as mulheres constantes na Convenção de Belém do Pará. 2. Os Estados persistem em usar o termo "violência intrafamiliar" e "violência doméstica". Esta definição não está de acordo com a Convenção porque deixa de fora a violência sexual, tortura e violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes. 3. Apenas uma minoria de Estados-membros se refere à violência sexual dentro do casamento. 4. Enquanto a maioria dos Estados têm disposições em sua legislação contra o tráfico de pessoas, estas disposições não são consistentes com as normas internacionais nesta área. 5. A maioria dos Estados não menciona se têm disposições contra a prostituição forçada. 7. A maioria dos Estados-membros conta com planos de ação ou estratégias para combater a violência contra as mulheres, embora poucos tenham avaliado os seus resultados. 8. A maioria dos Estados não fornecem informações suficientes sobre o valor do produto interno bruto, ou

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

dotações orçamentais para a prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres.

No marco da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, se construiu um grupo de trabalho de Técnicas em Violência Doméstica, que também envolveu representantes das organizações de mulheres. O objetivo deste grupo de trabalho é compartilhar e socializar os avanços na temática de violência doméstica entre os países e para aproveitar e aprender com experiências diferentes. Em 2007, como parte de uma ação conjunta a REM convocou o primeiro Concurso de Cartazes de combate à violência baseada no gênero, como parte de uma campanha regional contra a violência às mulheres. Em 2009, na XXI REM, sob a Presidência Pro tempore do Paraguai, realizou-se a Reunião da Comissão de Especialistas sobre violência contra a mulher, onde se analisou "A violência contra as mulheres com deficiência". Falou-se da importância de reconhecer o que cada país tem feito em relação a políticas de descapacitados e as devidas estatísticas, bem como ações destinadas às mulheres com deficiência. As delegações concordaram em concentrar a abordagem de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e colocar os esforços para retomar o propósito da Comissão Especial sobre a Violência, reafirmando a necessidade de um sistema de informação para construir indicadores regionais que harmonizem as informações e mantenham linhas de ação do REM. CELIBERTI, Lilian & MESA, Serrana, também destacam o seguinte:

Durante 2009 y 2010, la Mesa Técnica de Violencia basada en Género, avanzó en el componente "Sistema de Información Regional y Violencia

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Doméstica basada en Género”, enmarcado en el Proyecto Regional de Fortalecimiento de la Institucionalidad y la Perspectiva de Género en el MERCOSUR. La Comisión Técnica de Violencia de Género de la REM, reunió las propuestas formuladas por las Expertas Nacionales de los Estados Parte entre las que se destaca la recomendación de ampliar el concepto de violencia más allá del ámbito doméstico para abarcar todos los aspectos donde las mujeres desarrollen sus relaciones interpersonales. (CELIBERTI, Lilian & MESA, Serrana, 2010, 74).

Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul (RMAAM)

Em dezembro de 2011 substitui-se à Reunião Especializada da Mulher (REM) pela Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul (RMAAM), de acordo com a decisão nº 24/11 do Conselho do Mercado Comum (CMC) e a instancia de diálogo entre as mais altas autoridades de gênero dentro da estrutura institucional do Mercosul. Surge como consequência do reconhecimento institucional pelo trabalho desempenhado, assim como pela importância dada aos temas de gênero na região. Entre suas principais funções tem o dever de aconselhar e propor ao CMC medidas, políticas e ações em matéria de gênero.

A RMAAM esta integrada por representantes governamentais para as questões de gênero das seções nacionais designadas a tal efeito pelos cinco estados partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai,

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Uruguai e Venezuela); organismos e Estados associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Desde a criação da REM e atualmente com RMAAM conseguiram capturar decisões e recomendações sobre a agenda do Mercosul, nas áreas de transversalização de gênero no Mercosul; trabalho e emprego; violência baseada no gênero; educação de gênero e participação política das mulheres. A fim de potencializar o seu trabalho, a RMAAM mantém a estrutura anterior de trabalho em Comitês Técnicos que assessoram suas autoridades. Atualmente os comitês operam nas áreas de "Violência de Gênero" (especialmente aborda a questão da violência doméstica e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual) e "Gênero, trabalho e integração econômica"¹⁴.

A RMAAM se reúne duas vezes por ano no cargo de Presidente Pro tempore do Mercosul, assim como REM ao longo de suas 26 reuniões realizadas entre 1998 e 2011. Em maio de 2012, na cidade de Buenos Aires, realizou-se a Primeira Reunião de Ministras e Altas Autoridades¹⁵. A representação para as questões das mulheres a nível internacional tem lugar nas Seções Nacionais da RMAAM, 5 membros de pleno direito têm os seguintes órgãos, funções e planos de igualdade de gênero dentro de cada território:

¹⁴ RMAAM. Reunión de Ministras y Altas Autoridades de la Mujer. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/pt/quienes-i1>

¹⁵ Reunión de Ministras y Altas Autoridades de la Mujer (RMAAM). Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/es/quienes-i1>

País	Órganos oficiales	Funciones	Planes de igualdad de género
Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	Es el organismo rector de las políticas públicas en materia de prevención, sanción y erradicación de la violencia contra las mujeres. Estas políticas se encaminan a contribuir con la superación de las diversas formas de discriminación hacia las mujeres y promover las condiciones sociales adecuadas que les garanticen el ejercicio pleno de sus derechos. Trabajan por una transformación social destinada	Diplomatura en Género y derechos de las mujeres
Brasil	Secretaría de Políticas para las Mujeres de la Presidencia de la República Federativa del Brasil	Secretaría de Políticas para Mujeres, Subsecretaría de Enfrentamiento de la Violencia contra las Mujeres ha liderado la ampliación del diálogo con diferentes sectores del gobierno y de la sociedad para el desarrollo de investigaciones, sistemas de información e indicadores que sean sensibles al género ¹⁷ .	*El II Plan Nacional de Políticas para las Mujeres (2008) *La Política Nacional de Enfrentamiento a la Violencia contra las Mujeres *El Pacto Nacional de enfrentamiento a la Violencia contra las Mujeres.

¹⁶ Consejo Nacional de las Mujeres. Disponible em: <http://www.cnm.gov.ar/>. Acceso en :02 Julio 2015
Consulta 25/11/2015.

¹⁷Secretaria de Políticas para las Mujeres de la Presidencia de la República Federativa de Brasil. Disponible em: <http://www.spm.gov.br/> Consulta 25/11/2015.

<p style="text-align: center;">Uruguay</p>	<p style="text-align: center;">Paraguay</p>
<p>Instituto Nacional de las Mujeres del Ministerio de Desarrollo Social de Uruguay</p>	<p>Es un organismo público creado por ley 4.675/2012 que eleva al rango de Ministerio a la Secretaría de la Mujer. Es la instancia gubernamental, rectora normativa y estratégica de las políticas de género. Con autonomía técnica y de gestión, impulsa planes de acción para promover la igualdad de oportunidades y la equidad entre mujeres y</p> <p>El Instituto Nacional de las Mujeres, creado en 2005 en la órbita del Ministerio de Desarrollo Social (Ley Nº 17.866, art. 6), es el organismo rector de las políticas de género, responsable de la promoción, diseño, coordinación, articulación y ejecución de las políticas públicas desde la perspectiva de género así como también de su seguimiento y evaluación. Se constituye como el garante de los Derechos Humanos de las mujeres y promotor de la igualdad de oportunidades para el acceso a los servicios y recursos que contribuyan a erradicar la pobreza y la exclusión de las</p> <p>Tercer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres (2008- 2017)</p> <p>Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos (PIODNA) -I Plan Nacional contra la Violencia Doméstica (2004- 2012)</p>

¹⁸Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República del Paraguay. Disponível em: <http://www.mujer.gov.py/> Consulta 25/11/2015.

¹⁹Instituto Nacional de las Mujeres del Ministerio de Desarrollo Social de Uruguay. Disponível em: <http://www.inmujeres.gub.uy/> Consulta 25/11/2015.

Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de género de Venezuela.	El Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género es el órgano rector encargado de transversalizar el enfoque de género en las políticas públicas, planes, programas y proyectos del Estado Venezolano, para garantizar el empoderamiento y participación de las mujeres, en la construcción de una sociedad igualitaria y justa ²⁰ .	Plan Mama Rosa
-----------	--	--	----------------

Fuente: Realización propia. Representación para los temas de la mujer en el ámbito internacional de las mujeres de los países pertenecientes al MERCOSUR.

Depois de mostrar as funções existentes em cada país, a tabela indica que existem diferentes funções nos vários órgãos e planos de igualdade de gênero, no entanto, os cinco países do Mercosul criaram mecanismos de administração das políticas públicas de igualdade de gênero, desenvolvendo planos e ações que podem ter diferentes níveis de escopo. Cabe destacar que, no caso especial do Brasil e Argentina, fica explícito o combate à violência contra as mulheres; bandeira que o Estado-nação estava promovendo pressionado pelos movimentos sociais que assim o têm deixado claro em sua luta pela inserção dentro do Mercosul.

Também vale destacar o papel da RMAAM na luta contra a exploração sexual de mulheres, tendo em conta a elevada taxa de tráfico para fins comerciais, não só de mulheres, mas também de menin(x)s/crianças e adolescentes. É preocupante o aumento do

²⁰Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de género de Venezuela. Disponível em: <http://www.minmujer.gob.ve/> Consulta 25/11/2015.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

turismo sexual em regiões do Brasil, especialmente em épocas como foi a Copa do Mundo de 2014, entre outros eventos de cunho internacional. Nessas redes de exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, a visão de submissão e inferioridade torna-se evidente. Mulheres conquistadas e colonizadas, violentadas e submetidas, vítimas de abuso. Aquilo que Enrique Dussel chama de conquista dos corpos e almas (DUSSEL, 1994). Existem várias causas na América Latina que permitem a exploração sexual de mulheres, entre as quais podemos citar a pobreza. Mas é uma pobreza que por si só não explica esse tipo de exploração.

Pobreza que se entrelaçada com o modelo de sociedade mencionado aqui que é excludente; sociedade colonizada mental e culturalmente, onde se continua legitimando, assumindo e reproduzindo o papel do conquistador e colonizador. Colonialidades que não permitem que América Latina supere a pobreza, pois dela se aproveitam vários setores que a perpetuam para manter-se política e economicamente no poder, no topo da pirâmide sócio-política. Em outras palavras, raça e gênero desempenham papel importante no controle sobre os corpos das mulheres utilizadas pelos turistas que encontram seus "objetos" para exercer o poder nos países anteriormente chamados Terceiro Mundo.

Cabe verificar, até onde este tipo de ações no Mercosul estão fadadas ao fracasso, já que o seu acionar político depende da estabilidade do bloco. A morte de Hugo Chávez na Venezuela e a saída de Cristina Fernandez de Kirchner do poder na Argentina, coloca em questão o bom funcionamento de este tipo de medidas adotadas por pressão dos movimentos sociais e organismos como a RMAAM. Por outra parte, cabe perguntar se leis e decretos são suficientes quando não

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

são realizadas campanhas que propiciem alguma mudança de mentalidade. No caso aqui, estamos falando da mentalidade patriarcal da qual é vítima a sociedade como um todo e que não atinge apenas a mulheres, mas a homens herdeiros da sociedade patriarcal, instalada desde a época da invasão ibérica. Vejamos as seguintes palavras da antropóloga Rita Segato:

Sin embargo y a pesar de todas estas medidas, lo que vemos es una ley, un contrato jurídico que, inescapablemente, se deja infiltrar por el código de status de la moral, una modernidad vulnerable a la tradición patriarcal sobre cuyo suelo se asienta y con la cual permanece en tensión. El turismo sexual, la exploración sexual de menores, los asesinatos de mujeres (la mitad de las mujeres asesinadas en Brasil muere a manos de su cónyugue actual o anterior, acompañando con esto la tendencia general de los índices mundiales) no muestran indicios de ceder ante la andanada legislativa. La ley se quiere igualitaria, una ley para ciudadanos iguales, pero percibimos la estructura jerárquica del género tomándola por asalto en sus fisuras. Por detrás del contrato igualitario transparece, vital, el sistema de status que ordena el mundo en géneros desiguales, así como en razas, minorías étnicas y naciones desiguales (SEGATO, 2003, p. 7).

Podemos pensar, de todas as maneiras, que os trabalhos em prol das mulheres nestes órgãos do Mercosul, aos poucos romperão esquemas

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

mentais e proporcionarão mudanças. Mas, por outra parte, devemos estar cientes que a mentalidade só muda na longa duração, tal como percebera Fernand Braudel. Mais uma vez, citemos a Segato:

Hay un equilibrio y una proporcionalidad entre la dignidad, la consistencia y la fuerza del grupo y la subordinación femenina. Autoras negras norteamericanas como bell hooks y la antes citada Brackette Williams han sido pioneras en denunciar esta estructura: la moral del grupo es severamente dependiente de la sujeción de la mujer, y es aquí que reside uno de los obstáculos más difíciles para la ley moderna en su intento por garantizar la autonomía femenina y la igualdad. La liberalidad de la mujer en el sistema moral tradicional basado en el status emascula al hombre y fragiliza al grupo. Constatamos esa mecánica una y otra vez (SEGATO, 2003, p. 10).

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Somos Mercosul

No Uruguai surge "Somos Mercosul"²¹, uma iniciativa pública lançada pela Presidência Pro tempore do Uruguai no Mercosul em 2002, que visa envolver os cidadãos no processo de integração regional, gerando novos espaços para a sociedade civil e os governos locais para discutir, formular demandas e participar na tomada de decisões. Com o propósito de resgatar a dimensão social, política e cultural do Mercosul, geralmente ocultada pela dimensão econômica-social do processo de integração, "Somos Mercosul" destina-se a articular a agenda dos governos e da sociedade civil mediante um programa de ações sociais, políticas e culturais²². O programa Somos Mercosul incentivou a convocação do I Encontro por um MERCOSUL Produtivo e Social, em Córdoba, na Argentina, em 2006 e em paralelo à Cúpula de Presidentes realizada na mesma cidade. A reunião consolidou a agenda Produtiva e Social do MERCOSUL e incentivou a convocação da I Cúpula Social do MERCOSUL. As Cúpulas Sociais tornaram-se um evento regular na agenda oficial do Mercosul e representa um avanço importante, tanto no referente à construção da agenda social, quanto

²¹ Relacionado al Consejo Consultivo de la Sociedad Civil (CCSC), que funciona en la Cancillería argentina con el objetivo de generar un fluido intercambio de información entre funcionarios y representantes de la sociedad civil, en vista a fortalecer los procesos de integración regional en el marco del MERCOSUR y de América Latina en general. En este espacio se fomenta la participación de organizaciones comunitarias, empresas, sindicatos, organismos no gubernamentales, universidades, movimientos sociales, cooperativas y entidades intermedias con la intención de articular actividades y debates que permitan colaborar con el ejercicio de la política exterior de nuestro país.

²² Somos Mercosur. <http://ccsc.mrecic.gov.ar/somos-mercosur> Consulta 06/07/2015.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

à adoção de um método de decisão mais transparente, legítimo e participativo no Bloco²³.

Como dito anteriormente, até o final da década de noventa a agenda do Mercosul foi predominantemente comercial, a representação da sociedade civil estava restrita aos setores econômicos, especialmente às associações empresariais e sindicatos. Neste contexto, surgiu a Cúpula Social do Mercosul, totalmente vinculada à Cúpula de Chefes de Estado, que ocorre a cada seis meses, sob a eventual presidência pro-tempore de um dos Estados membros. Hoje diversos setores contribuem ativamente na preparação da Cúpula Social entre os quais incluem a presença de mulheres²⁴. A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) declara a necessidade urgente de tornar operacional a fim de avançar no sentido da complementaridade produtiva, em particular; a criação de emprego decente e trabalho digno como eixo do desenvolvimento, e o respeito e cumprimento dos direitos fundamentais do trabalho digno e emprego de qualidade, através de cinco pilares: emprego, proteção social, direitos laborais, igualdade de gênero e diálogo social (p.17)²⁵.

²³ Cúpula Social do Mercosul. Secretaria Geral – Presidência da República. (<http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/internacional/mercosul-social-e-participativo/textofinal>) Consulta 03/07/2015.

²⁴ Desde 2006, 15 edições da Cúpula Social foram realizadas: Córdoba e Brasília (2006); Assunção e Montevidéu (2007); Tucumã e Salvador (2008); Assunção e Montevidéu (2009); Isla del Cerrito e Foz do Iguazu (2010); Assunção e Montevidéu (2011); Mendoza e Brasília (2012); e Montevidéu (2013). Milhares de participantes, de centenas de organizações sociais e movimentos populares dos Estados Partes e Associados, se incorporaram a esta experiência inovadora de participação social.

²⁵ "Somos MERCOSUR y las Cumbres Sociales. Balance y perspectivas. 2005-2010" Declaraciones 2005-2010 Córdoba Encuentro por un MERCOSUR Social y Productivo Julio 2006. Declaración de Córdoba, Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS).

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

Em 2006, teve lugar em Córdoba, Argentina, a Declaração da Cúpula dos Povos por Soberania e Integração Sul-americana. Delegadxs das organizações sociais de trabalhadorxs, camponesxs, dos povos indígenas, de todas as raças e credos, mulheres e homens, foram claros na pauta ao declarar que haviam chegado a Córdoba como uma forma de resistência contra as políticas neoliberais imperialistas, expressadas no livre comércio, na militarização, na dependência financeira e desigualdade socioeconômica que gera fome e empobrecimento das pessoas/povos.

A Cúpula dos Povos da América do Sul RATIFICOU, entre outras questões importantes, tais como os acordos de livre comércio, uma verdadeira integração desde e para os povos. A inserção de camponeses e indígenas, como nesta Cúpula do Mercosul em Córdoba, deixa claro o desconforto causado pelo imperialismo e rejeição do mesmo. A Cúpula ratificou também um NÃO rotundo à dívida externa e a intromissão das instituições financeiras internacionais e um SIM à independência econômica com soberania financeira; um NÃO à militarização e à Doutrina de Segurança Continental e um SIM à Soberania Popular e Autodeterminação dos Povos... DECLARARAM:

Exigimos la difusión, cumplimiento y aplicación -con un mayor presupuesto para su eficacia- de las leyes de no violencia contra la mujer y de educación sexual y reproductiva (...) Denunciamos que siendo esta región una de las más ricas del mundo en recursos naturales, capaz de producir alimentos y condiciones de vida digna al conjunto de su población, hoy posee más de la mitad de sus

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

habitantes bajo la línea de pobreza, en especial las mujeres, los niños y los ancianos. (...) Unificar las acciones y articulaciones organizativas de las y los trabajadores migrantes en la región, para defender los derechos sociales y laborales de los mismos. Establecer un plan de lucha contra el tráfico de personas incluyendo el tráfico infantil (p. 19).

Cabe enfatizar a preocupação sobre o machismo que prevalece na América Latina, problemática visualizada não só por mulheres intelectuais, empresárias ou sindicalistas ao interior do Mercosul, desde os anos 1990, mas também apresentadas por camponeses, trabalhadores rurais e comunidades indígenas reunidos neste tipo de Cúpula do Mercosul. É importante verificar a forma como tais movimentos não discriminam propriamente uma questão relacionada única e exclusivamente como sendo das mulheres, mas de homens, mulheres, idosos e crianças, todos vítimas do sistema imperante, cujas causas desses movimentos estão no imperialismo, militarismo, na dívida externa, mas também no tipo de sociedade patriarcal, como na seguinte declaração:

Construir una toma de conciencia del sistema patriarcal imperante, desde lo individual hacia lo social, así como a transformar el lenguaje desde la perspectiva de género y luchar por la despenalización y legalización del aborto (...). Reconocer que la violencia no es un problema personal sino social y que juntos, organizadamente lo podemos superar. (...) Defender el derecho a una educación pública, laica, gratuita y de calidad para

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

todos los y las habitantes y en todos los niveles, que contemple la diversidad cultural y los saberes ancestrales de todos los pueblos. La educación permanente debe ser considerada como eje para la formación de ciudadanos críticos, participativos en una lógica emancipadora. (p.20).

Encerramos esta parte do trabalho com as pertinentes palavras de Rita Segato quando afirma que o papel das feministas brancas é diferente ao das mulheres indígenas, pois nas suas comunidades prevalecem os interesses do grupo sobre os individuais. Por isso a diferença entre as políticas sociais, políticas e culturais dos povos originários na Cúpula Social do Mercosul, em Córdoba, em 2006, aqui referenciada, e as problemáticas ligadas à violência de género ventiladas ao interior do bloco económico, desde a perspectiva da RMAAM.

La mujer blanca, occidental, puede embestir con las consignas feministas contra el hombre blanco, que se encuentra en la cúspide de la pirámide social, pero la mujer indígena no puede hacerlo, a riesgo de fragmentar el frente de lucha que considera principal: la lucha por la defensa de los derechos étnicos. Si reclaman sus derechos basados en el orden individualista, parecen amenazar la permanencia de los derechos colectivos en los cuales se asienta el derecho comunitario a la tierra y una economía de base doméstica que depende de la contraprestación de género, en una división sexual del trabajo de corte

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

tradicional. Eso también fragiliza las reivindicaciones de las mujeres indígenas y la legitimidad de sus reclamos por derechos individuales, que son, por definición y naturaleza, "universales", y cuyos pleitos se dirigen a los fueros de derecho estatal y de derecho internacional, ultrapasando la jurisprudencia tradicional del grupo étnico (SEGATO, 2003, p. 11).

Considerações finais

O Estado nacional, como herdeiro do sistema colonial, projetou no cenário das novas nações latino-americanas a sociedade patriarcal, adjetivada como sendo, além de capitalista, colonial / moderna. O capitalismo continua a usar o racismo para discriminar e separar "homens" brancos dos não-brancos: indígenas, negros e mulheres não-brancas. Nesse sentido, as mulheres negras, indígenas e pobres ainda são discriminadas e seus salários descontados em relação aos salários dos homens. Racismo e machismo usados pelo capitalismo e legitimados pelo Estado-nação que, com o apoio da Igreja, continua a colocar as mulheres como inferiores aos homens. Situação vivenciada dentro da família monogâmica (para as mulheres) e heteronormativa.

Como dito acima, com dificuldade os movimentos de mulheres tem sido inseridos no Mercosul de forma integrada e é aproveitando da sua presença no bloco que elas querem defender seus espaços de luta e desde aí direcionar saídas para os inúmeros problemas que atualmente recaem sobre si. Assim, destacamos a forma como elas

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

tem-se inserido no Mercosul, luta que começa desde a década de 1990, quando se realiza o Segundo Seminário Internacional sobre Mulher e o MERCOSUL, que leva à criação, em 1998, da Reunião Especializada da Mulher (REM) do MERCOSUL que em 2012 torna-se Reunião de Ministros e altas Autoridades de Mulheres do Mercosul (RMAAM). Por meio desses organismos tem sido possível denunciar, especialmente, a violência contra as mulheres e as desigualdades de gênero no acesso a oportunidades de emprego, por exemplo. A pressão exercida tem servido para criar organismos que possibilitem a realização de medidas para reduzir ou erradicar estes fenômenos patriarcais. Leis e decretos que atentam para minimizar a violência de gênero, mas que, na mediana duração não sabemos se irão a prevalecer para mudar esse triste cenário. Uma é a visão que o Estado-nacional mantém na hora de colocar em andamento essas políticas a favor das mulheres, e outra, a forma de ver de uma sociedade que, na maioria dos casos, não esta disposta a romper o equilíbrio cultural que há 500 anos lhe foi imposto. A sociedade patriarcal acredita que as mulheres devem continuar ocupando o papel de inferioridade frente ao macho, pois este ainda é considerado o chefe da família. As mulheres, acredita-se, todavia devem render tributo ao macho, tributo que os segue enaltecendo e colocando no cume da pirâmide social.

Bibliografía

ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. Relações Externas do MERCOSUL: uma abordagem brasileira. In: RBPI, Ano 38, número 2, julho-dezembro de 1995, pp. 31-58.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

AZAR, Paola (CIEDUR) CELIBERTI, Lilián (Cotidiano Mujer) ESPINO, Alma (CIEDUR). FORO NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES PARA LA INTEGRACIÓN Y MERCOSUR: La perspectiva de género en el marco de la integración regional en el MERCOSUR: hacia la construcción de una institucionalidad equitativa. 5 de setiembre de 2005. Documento preparado para la COMISION SECTORIAL PARA EL MERCOSUR COMISEC -OFICINA DE PLANEAMIENTO Y PRESUPUESTO, p. 3.

BARBOSA, Rubens Antônio. Mercosul: balanço do primeiro ano. In: RBPI, Ano XXXV, número 137-138, janeiro-junho de 1992, pp. 89-92.

BERNAL MEZA, Raúl. As relações entre Argentina, Brasil, Chile e estados Unidos: política externa e Mercosul. In: RBPI, Ano 41, número 1, janeiro-junho de 1998, pp. 89-107.

BERNAL MEZA, Raúl. Políticas externas comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. In: RBPI, ano 42, número 2, julho-dezembro de 1999, pp. 40-51.

BOESNER, Demetrio. Relaciones internacionales de América Latina. Breve Historia. Caracas: Nueva Sociedad, 1996 (quinta edição).

CELIBERTI, Lilian. Informe de Actividades, 2007. Anexo V.

CELIBERTI, Lilian; MESA, Serrana. La equidade de género en los países del Mercosur. Montevideo: CEFIR, 2010.

CELIBERTI, Lilian. La agenda de género en el MERCOSUR, 2005

CERVO, Amado Luiz. "Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina". In: RBPI (Revista Brasileira de Política Internacional), Ano 43, número 2, julho-dezembro de 2000, pp. 5-27.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

CERVO, Amado Luiz. "Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina". In: RBPI (Revista Brasileira de Política Internacional), Ano 43, número 2, julho-dezembro de 2000, pp. 5-27.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995 - Apresentação Maria Luiza Ribeiro Viotti.

DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento del Otro. Hacia el origen del "mito de la Modernidad". La Paz: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Plural Editores, 1994.

ESPINO, Alma. Los procesos de institucionalización de los diferentes mecanismos regionales para la equidad de género: Reunión Especializada de la Mujer del MERCOSUR – REM., 1998.

GIAMBIAGI, Fábio. Moeda única do Mercosul: notas para o debate. In: RBPI, Ano 41, número 1, janeiro-junho de 1998, pp. 24-38.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización de la economía política. Bogotá: Universidad Libre, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización de la economía política. Bogotá: Universidad Libre, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Aspectos econômicos do MERCOSUL. In: RBPI, Ano 39, número 1, janeiro-junho de 1996, pp. 19-47.

LUCANGELI, Jorge. "MERCOSUR: progresa la integración productiva". Revista del CEI Comercio Exterior e Integración. Número 12 - Agosto de 2008

María Lugones. (2008). "Colonialidad y género". En: Tabula Rasa, Núm. 9, julio-diciembre, 2008, pp. 73-101. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

MENEZES, Teixeira Augusto. "Regionalismo y seguridad sudamericana: ¿son relevantes el Mercosur y la Unasur". Iconos Revista de Ciencias Sociales. 2010

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. "As políticas neoliberais e a crise na América do Sul". In: RBPI, Ano 45, número 2, julho-dezembro de 2002, pp. 135-146.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: RBPI, Ano 45, número 2, julho-dezembro de 2002, pp. 135-146.

MONTEIRO, N. L. "O movimento de mulheres e a construção da transversalização da perspectiva de gênero no Mercosul". In: FLACSO-ISA JOINT CONFERENCE - Global and Regional Powers in a changing world, 2014, Ciudad de Buenos Aires. Conferences/FLACSO-ISA Buenos Aires 2014/Archive, 2014.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel, QUINTEROS, Marcela Cristina, et al. As relações internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010, Parte III O antecipado século XXI latino-americano (1989-2009), pp. 289-379.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel, QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André. As relações internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010, Parte III O antecipado século XXI latino-americano (1989-2009), pp. 289-379.

ORSINO, Susana. Historia de la REM, 2010.

PORTELLA DE CASTRO, Maria Silvia. A estratégia da ação sindical no Mercosul. In: RBPI, Ano 39, número 2, julho-dezembro de 1996, pp. 51-73.

Artigo original
Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro
ISSN: 1809-1261
UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramón (editores). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central/ Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en America Latina, 2000.

RMAAM. Reunión de Ministras y Altas Autoridades de la Mujer
Disponibile en: <http://www.mercosurmujeres.org/pt/quienes-i1>

RUSSEL, Diana E. e RADFORD, Jill. Femicidio. La política del asesinato de las mujeres. CEIICH- UNAM. 2006.

SANTIAGO, Emerson. "A entrada da Venezuela no Mercosul", 2012.
Disponibile en: <http://www.infoescola.com/politica/a-entrada-da-venezuela-no-mercosul/>).

Somos MERCOSUR y las Cumbres Sociales. Balance y perspectivas. 2005-2010. Declaraciones 2005-2010 Córdoba Encuentro por un MERCOSUR Social y Productivo Julio 2006. Declaración de Córdoba, Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS).

SOUZA, Nilson Araújo de. "América Latina: as ondas da integração". In: OIKOS | Rio de Janeiro | Volume 11, n. 1 • 2012.

SEGATO, Rita Laura "LAS ESTRUCTURAS ELEMENTALES DE LA VIOLENCIA: CONTRATO Y STATUS EN LA ETIOLOGÍA DE LA VIOLENCIA". Conferencia leída el 30 de junio de 2003 en la abertura del Curso de Verano sobre Violencia de Género dirigido por el Magistrado Baltasar Garzón de la Audiencia Nacional de España en la

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 18, 2016, pp. 148-188.

sede de San Lorenzo del Escorial de la Universidad Complutense de Madrid.

SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. 1a. ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o mercosul. In: RBPI, Ano 42, número 2, julho-dezembro de 1999, pp. 52-80. OLIVEIRA, Amâncio Jorge de & ONUKI, Janaina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. In: RBPI, Ano 43, número 2, julho-dezembro de 2000, pp. 108-129.

VIGEVANI, Tullo & VEIGA, João Paulo. MERCOSUL: interesses e mobilização sindical. In: RBPI, Ano 39, número 1, janeiro-junho de 1996, pp. 48-71.